



PROPOSTA

ALTERAÇÃO DO CÓDIGO DE POSTURAS

Considerando as pavimentações em tapete betuminoso que estão a ser implantadas nos caminhos da Freguesia;

Considerando a forma desordenada como estão implantadas tubagens de águas particulares ao longo dos caminhos da Freguesia;

Considerando a prática anárquica como os proprietários dessas águas, procedem a reparações/substituições dessas tubagens sem terem em conta a necessária reparação da via após a realização dos trabalhos;

Considerando que as pavimentações em tapete betuminoso são particularmente onerosas e a sua substituição parcial obriga a delimitar uma área mínima para assegurar que essa reparação não diminua a qualidade do piso da via.

Considerando as atitudes que por vezes são tomadas pelas empresas de exploração de pedreiras e as irregularidades cometidas, quer na invasão de áreas que lhe não estão arrendadas, quer ainda na prática de ilícitos ambientais;

Propomos que o artigo 14.º e 23.º do Código de Posturas em vigor, passem a ter a seguinte redacção:

Artigo 14º

Obras e Passagens

1. Aquele que efectuar obras não licenciadas ou que afectem caminhos públicos, passagens ou logradouros, ainda que subterrâneas (que não podem estar a profundidade inferior a 70 cm), sem autorização, incorre na coima de cem a seiscentos euros.
2. Equiparam-se à previsão do nº 1, e incorrem na mesma coima, quem promover ou executar, as construções ou reconstruções de muros, que reduzirem a largura dos caminhos ou, quando essa seja inferior, não deixe a largura mínima de 5 a 6 metros.
3. A necessidade de proceder a obras de reparação/substituição de tubagem de águas particulares na faixa contígua às vias vicinais pavimentadas com tapete betuminoso, obriga, para além da competente autorização da Junta de Freguesia, ao seguinte:
 - i. Aguardar instruções da Junta de Freguesia para que seja demarcada a área de pavimento a ser removida e a forma dessa remoção;
 - ii. Proceder, posteriormente às obras realizadas, à pavimentação da via da mesma forma e usando os mesmos materiais com que ela estava pavimentada antes da intervenção.

ÁREAS CEDIDAS PARA IMPLANTAÇÃO DE PEDREIRAS

Artigo 23.º

Incumprimento

1. Os detentores de contratos que por qualquer motivo ultrapassem as áreas contratualizadas ou promovam acções ilícitas dentro ou fora das mesmas, incorrem em



coima de 10.000 a 15.000 euros, sem prejuízo da responsabilidade supletiva por danos causados.

2. A coima pode elevar-se até ao dobro, em caso de reincidência ou de conduta particularmente censurável.

Arcozelo, 23 de Novembro de 2010

O PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA
